

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: CPI R0006

Data: 17 de março de 1976

Pg.: \_\_\_\_\_

# Cimi quer CPI para apurar ação da Funai

ESP 17.376

Da Sucursal de  
BRASILIA

Os membros do Conselho Indigenista Missionário deverão propor, esta semana, a parlamentares a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar irregularidades na área da Fundação Nacional do Índio, envolvendo mais diretamente o Departamento Geral do Patrimônio Indígena, que cuida das terras indígenas e de toda a renda proveniente dos postos e projetos econômicos.

Os missionários acham que a CPI deveria atingir toda a gestão do general Bandeira de Mello, que dirigiu o órgão de 1970 até março do ano passado, não poupando, no entanto, a atual administração.

"Na verdade — afirmam os assessores do Cimi — o general Ismarth de Araujo Oliveira continua mantendo na chefia dos principais departamentos os mesmos dirigentes que acompanharam o general Bandeira de Mello, na nossa opinião, o responsável pela criação do sistema mais rápido de extinção do índio brasileiro.

A idéia da CPI foi lançada pelos integrantes do Cimi, padre Egydio Schwade, assessor

para assuntos de terras, e padre Antonio Iasi, secretário executivo do órgão. Eles acham que está na hora de se realizar um minucioso inquérito na Funai, que esclareça uma série de fatos ligados à espoliação continuada do índio brasileiro, praticada especialmente pelo Departamento Geral do Patrimônio Indígena, chamada pelos padres de "grande eminência parda da Funai".

"O atual presidente da Funai — afirma o padre Antonio Iasi — já chegou a admitir, há poucos meses, em Cuiabá, que muitos erros foram cometidos nos últimos anos pela Funai e que sua administração estaria empenhada em corrigir as distorções. No entanto, isso não está ocorrendo, pois o general não teve força para afastar determinados elementos da Funai, que continuam agindo com total independência dentro do órgão".

Os dois missionários denunciaram a existência, hoje, de várias Funais, dentro de um mesmo órgão. "Enquanto o presidente prega a defesa das terras indígenas e é apoiado pelos antropólogos do Departamento Geral de Pesquisas Comunitárias, o DPGI continua desenvolvendo ambiciosos projetos econômicos em áreas indígenas, onde o menos beneficiado é o índio, pois a renda obtida é encaminhada ao Patrimônio

Indígena. "Na verdade, não se sabe qual o total de recursos encaminhados por ano ao DPGI, mas acreditamos que devam ser muitos milhões, pois só num pequeno projeto de exploração de madeira em Chapecó, Santa Catarina, a renda obtida é de 900 mil cruzeiros por mês".

"A propósito de Chapecó — continuam os padres — recebemos da Regional Sul do Cimi a denúncia de depreciação da reserva feita pela própria Funai, através do DPGI. Ali são retiradas 1.500 dúzias de tabuas por mês. No trabalho na serraria, apenas 26 dos 1.090 índios do posto são aproveitados". Para Egydio Schwade, "se está pretendendo transformar aos poucos o indígena, secularmente premido pelos órgãos protecionistas e pela população branca, em peões da empresa Funai".

"Sabe-se que o índio sempre perdeu na exploração de suas reservas efetuada pelos órgãos públicos — afirma Egydio. — E foi isso, exatamente, que levou os índios de Ibirama, num gesto de desespero, a eles mesmos entrarem em acordo com madeireiros da região, para vender a madeira de lei de sua área, condenada de qualquer jeito. Sabam que tal acordo direto lhes teria muito mais do que a exploração da Funai".